

Relator já tem a fórmula para reduzir projeto

O relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB-AM), anunciou ontem que poderá elaborar um substitutivo "enxuto", com 200 a 250 artigos, no máximo. A fórmula encontrada para reduzir os 496 artigos do atual projeto de Constituição, foi a destinação de todos os dispositivos considerados como pertinentes à legislação ordinária e complementar a um título específico, chamado de "Atos das disposições não constitucionais". Assim, matérias não constitucionais que estão sendo debatidas na Constituinte, como a pena de morte, aborto, estabilidade no emprego ou Lei de Segurança Nacional, seriam votadas em bloco, junto com a Constituição, e passariam à vigência simultaneamente à promulgação da nova Carta.

Esta fórmula será negociada com todas as lideranças partidárias e segundo Cabral, além de permitir um texto sintético, é sobretudo a saída para não frustrar o trabalho dos constituintes. "Se for aprovada a tese de criação dos Atos de disposições não constitucionais, estaremos premiando o esforço dos constituintes. Na verdade eles sabem muito bem o que é matéria constitucional e legislação ordinária, mas querem embutir alguns pontos do texto da Constituição, por que estão cientes de que o processo legislativo é moroso e querem

vê-los aprovados desde já, no embalo da Constituinte", observa Bernardo Cabral.

ALTERNATIVA

O relator elogiou ainda a alternativa apresentada ontem na reunião dos líderes partidários com o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, no sentido de agilizar os trabalhos de discussão do projeto constitucional em plenário. A convocação de sessões extraordinárias da Constituinte, às terças, quartas e quintas-feiras pela manhã, para a discussão específica de temas constitucionais, constituem na opinião de Bernardo Cabral uma grande contribuição para a feitura do substitutivo que terá de apresentar.

Ele considera que as discussões se tornarão mais produtivas e menos dispersas e acabariam até atraindo populares e estudantes de Direito interessados nos temas constitucionais em debate.

Sobre a disposição do vice-presidente da Comissão de Sistematização, Aluizio Campos, de apresentar proposta para modificar o regimento, no sentido de permitir emendas ao substitutivo que está começando a elaborar, Bernardo Cabral comentou: "Só depois que eu fui eleito o relator, é que não querem mais que eu faça o substitutivo sozinho".

Frejat, da tribuna, elogia anteprojeto

O deputado Jofran Frejat (PFL-DF) foi o primeiro constituinte do Distrito Federal a ocupar o horário destinado à discussão do projeto de constituição, desde que a matéria entrou na ordem do dia nas sessões da Assembléia Nacional Constituinte. Ontem ele usou a tribuna para destacar os pontos positivos e o que é passível de "arrumação" no texto ordenado pelo relator Bernardo Cabral. "Até agora só temos visto, lido e ouvido críticas ao anteprojeto", destacou, "mas este trabalho tem um significado muito especial para todos nós".

Como médico e constituinte atuante na Subcomissão da Saúde, Segurança e Meio Ambiente, Frejat reiterou ontem sua intenção de continuar contribuindo para a elaboração da nova Carta, propondo emendas que modificam vários artigos relativos ao setor de saúde e previdência. Ele destacou como pontos positivos legados pelas fases iniciais do trabalho da Constituinte o fato de o projeto ter sido feito "da base para o topo", sem se basear em um projeto pré-estabelecido, "como aconteceu com todas as outras Constituições", e a colaboração da sociedade, que junto com os constituintes "tem feito, pela primeira vez no País, uma discussão com profundidade dos problemas nacionais".

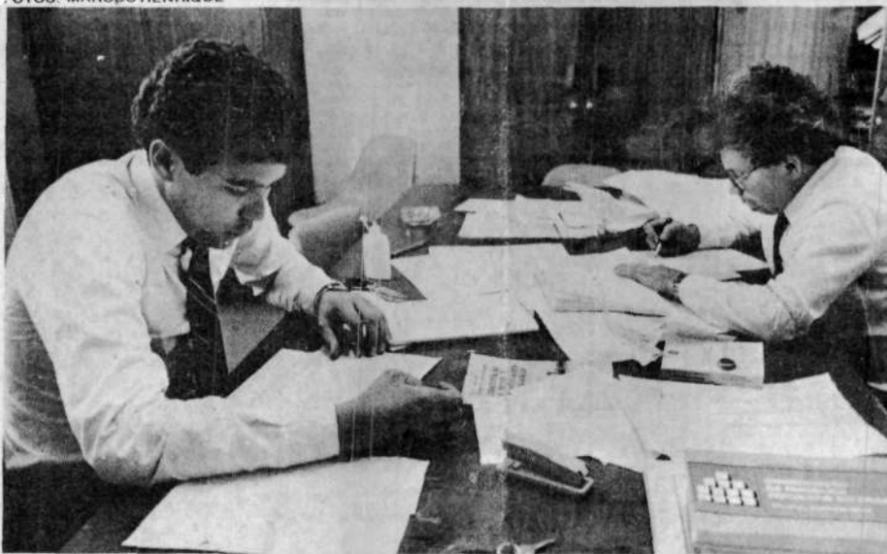
Frejat concluiu, em suas análises sobre o texto de Cabral, que "a sociedade está representada na Constituinte". O anteprojeto estruturado e diversificado é um reflexo da própria sociedade, segundo ele. "Aos poucos vamos arrumando

a casa, mudando uma coisa ou outra", ressaltou, para poder dirigir seu pronunciamento "às coisas que podem ser arrumadas".

O artigo 357 do anteprojeto de Constituição é o primeiro alvo de "arrumação" de Jofran Frejat. Ele acha que da forma que está disposto no texto, o provento do aposentado vai continuar a ser defasado em relação aos salários da atividade. Propõe que o artigo passe a ter outra redação, determinando que nenhum benefício de prestação continuada passa ser inferior ao salário recebido em atividade, na mesma função. Sugere ainda que as disposições sobre a previdência complementar voltem a ser matérias de lei ordinária e que os benefícios estabelecidos à mulher trabalhadora sejam ampliados às mães trabalhadoras com filhos menores e/ou deficientes.

O constituinte defendeu ainda a inclusão dos trabalhadores da área de saúde entre os beneficiários de aposentadorias especiais, que na Constituição atual são os jornalistas, professores e aeronautas (pelo trabalho penoso, insalubre ou perigoso). O texto de Bernardo Cabral inclui os trabalhadores noturnos e de revezamento. Frejat acha que a categoria do setor saúde está sendo injustiçada, "porque se inclui em todos estes itens" e não é beneficiada com aposentadoria especial. Além disso, ele espera incluir na nova Carta um dispositivo que permita aos médicos exercerem dois empregos públicos, o que não é concedido atualmente.

FOTOS: MARCOS HENRIQUE



Funcionários da FGV trabalham sobre o projeto da Constituição

Cabral vai ter refúgio secreto

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), está montando um esconderijo, para trabalhar com mais tranqüilidade no projeto de Constituição. Ontem, ele ainda tentou negar esta intenção, mas ela foi confirmada no local escolhido — a sede da Fundação Getúlio Vargas — e na Câmara, onde fontes muito próximas a Cabral admitiram que o novo escritório começa a funcionar já, na semana que vem.

Cabral confirmou apenas que está procurando um local para onde possa ir se lhe faltar espaço nas instalações que ocupa no anexo II da Câmara. "Estou apenas me prevenindo", assegurou, acrescentando que as salas designadas pela FGV não serviriam por serem muito pequenas. O relator negou que o local estivesse sendo preparado para recebê-lo, embora três funcionários da FGV tratassem disto ontem à tarde e lá tenha estado também o chefe de segurança da Câmara, Fernando Pauluci.

Pauluci não quis dar informações, mas não negou que estivesse examinando o futuro escritório de Cabral. "Se estava lá foi sem minha autorização", garantiu o deputado, considerando em seguida que o funcionário pode ter se antecipado à ordem por ser "muito prestativo". O chefe da segurança chegou por volta das 16h30 à FGV e examinou — com a porta fechada — o conjunto de duas salas destinadas ao relator da Sistematização.

Há outros indícios de que ele prepara sua mudança. Ontem às 18h, com o gabinete agitado, uma



Pauluci inspeciona

funcionária explicava a uma comissão de paulistas — logo depois recebida para uma audiência-relâmpago — que "quando o trabalho começar mesmo o deputado irá para outro lugar, mais retirado e sem telefone". Uma fonte próxima a Cabral deu inclusive detalhes: cópias de todas as emendas apresentadas deverão ser transferidas para a FGV, onde o relator contará com pelo menos um assessor e um consultor. Ali deverá ser instalado também um terminal de computador do Prodasen — espécie de cordão umbilical eletrônico que o manterá ligado à Constituinte.

Cabral, porém, só admite que estuda pontos para uma virtual mudança, a ser feita se o volume de emendas for muito grande. "Só saio daqui por falta de espaço", garantiu, lembrando que neste caso a FGV pode ser uma opção, mas não o conjunto de duas salas designado para este fim e já visitado pelo depu-

tado, para quem 20 mil emendas são um número bem razoável.

Indo para a FGV — prédio que já abrigou o escritório de Tancredo Neves e onde se instalou em Brasília a Comissão Afonso Arinos — Cabral terá um vizinho ilustre: o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), que mantém ali — quase defronte às salas do relator — um discreto escritório. Ontem, no local que os funcionários da FGV conhecem como "a sala do doutor Dornelles", livros sobre matéria constitucional e um exemplar do anteprojeto de Constituição espalhavam-se sobre uma grande mesa e eram manuseados por um professor de Direito Constitucional chamado César Saldanha, funcionário da FGV.

Saldanha, de início, tentou fingir que estava ali por mera obra do acaso. Não sabia de quem era a sala, nem tinha uma finalidade específica a dar para o "estudo" que realizava. "Estou estudando para mim mesmo", esquivou-se o constrangido professor, para pouco depois admitir que o resultado de seus estudos tem sido partilhado "com alguns deputados amigos" — entre os quais Dornelles, o dono da sala. Funcionários da FGV não souberam dizer em que condições estas dependências são cedidas, nem se é feita à Câmara ou pessoalmente aos deputados. Certo é que, embora negue, Cabral pretende estar trabalhando lá em seguida. Ou pelo menos pretendia isto até ontem, segundo os funcionários da fundação e fontes muito próximas do próprio deputado.



O material de consulta de Bernardo Cabral já foi transferido

Volta às ruas a emenda do menor

Rio — As entidades da sociedade civil comprometidas com a promoção e defesa dos direitos básicos da infância e adolescência lançaram, ontem, uma campanha, de âmbito nacional, visando à coleta de pelo menos 30 mil assinaturas que irão validar a emenda popular sobre os direitos do menor junto à Comissão de Sistematização da Constituinte.

A emenda intitulada "criança, prioridade nacional", estabelece os sete direitos capitais da criança e do adolescente: direito à vida, à existência digna, à proteção especial, direito ao futuro, através da educação, direito ao respeito e à liberdade, e, finalmente, o direito da criança à sua infância. Para o coordenador do movimento no Rio,

professor Deodato Riviera, um país não tem qualquer futuro se não cuidar de suas crianças.

A emenda, garante entre outros direitos do menor, a isonomia salarial em trabalho equivalente ao adulto e proibição de atividades remuneradas insalubres e perigosas. Compete à sociedade e ao Estado assegurar à criança e ao adolescente os direitos à vida, à alimentação, moradia, saúde, ao lazer e a cultura, a educação, o direito à dignidade, ao respeito e a liberdade.

A campanha, que deverá se manter até o final da Constituinte, prevê caminhadas por várias cidades do País, a começar por Brasília, no próximo domingo.